



CULTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO NO PORTO
Variações de discursos e de práticas na política municipal recente da cidade.

CULTURE AND URBAN DEVELOPMENT IN THE CITY OF PORTO
Discourses and practices variations in the recent municipal policy.

Patricia Reis de Matos Braz

FAUP - CEAU; Universidade do Porto, Portugal
arcpatriciareis@gmail.com

ABSTRACT

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre cultura e desenvolvimento urbano, tendo a cidade do Porto como estudo de caso. Considerando a sua história recente e irregular de promoção da cultura, que conta com importantes referenciais desde o reconhecimento do Centro Histórico como Património Mundial da UNESCO, em 1996, o artigo explora agendas políticas, projetos e realizações, que situem a cultura como dimensão estratégica para o desenvolvimento urbano. De 1996 até à atualidade, o Porto passou por três estilos de governação, com reflexos diretos na política cultural e patrimonial do município. O artigo analisa a relação das citadas políticas com a política urbana, a partir da variação dos discursos e dos modos de fazer da política municipal.

Palavras-chaves: Porto, cultura, desenvolvimento urbano, política municipal.

Grupos temáticos: 1. Cidade e projeto. **Tópico:** Planeamento, políticas e governança.

ABSTRACT

The present paper aims to discuss the relationship between culture and urban development, regarding the city of Porto as a case study. Considering its recent and irregular history of culture promotion, which has important references since the acknowledgement of the Historic Centre as a UNESCO World Heritage Site, in 1996, the article explores political agendas, projects, and achievements, which place culture as strategic for urban development. From that moment to the present day, Porto has experienced three styles of governance, with direct effects on the treatment given to the municipality's cultural and heritage policy. The article, therefore, analyses the relationship of the mentioned policies with urban policy, from the variation of discourses and practices of municipal policy.

Keywords: Porto, culture, urban development, municipal policy.

Thematic clusters: 1. City and project. **Topic:** Planning, policies, and governance

1. Introdução

O Porto, cidade secular do litoral Norte de Portugal e que empresta nome a uma das duas macrorregiões do país, é relativamente pequeno e compacto, compreendendo 42km² aproximadamente. Inteiramente urbano e sem área de expansão, é a cidade-polo da Área Metropolitana do Porto. Embora componha com os demais concelhos a zona socioeconómica mais importante do Norte do país, tem perdido empresas, empregos e população. Com 232 mil habitantes, segundo o Censo 2021 (INE, 2021), o Porto vem sofrendo com perda populacional há décadas. Embora as estimativas anuais, a partir de 2017, indicassem alguma reversão dessa tendência decorrente de saldo migratório (Chamusca et al., 2020), a cidade acabou, de fato, por perder 2,44% da sua população na última década. Fora os desafios enfrentados na escala metropolitana, a cidade ainda lida com desigualdades dentro do seu próprio território, como a zona oriental, com quase 30% da sua população a viver em bairros subsidiados pelo município (Domus Social, 2021).

Na condição de referência regional e nacional, mas diante da impossibilidade de expansão do seu território e do histórico de perda demográfica, o Porto tem como desafio recompor seu quadro populacional e combater o envelhecimento – tendência presente em todo o país. Para tal, tem identificado em alguns segmentos novas dinâmicas que podem contribuir para enfrentar o problema: por meio do conhecimento e da tecnologia, alicerçado nos diversos polos universitários e centros de investigação de projeção internacional; no setor do turismo, que dinamiza desde serviços, comércio, restauração, reabilitação urbana à indústria criativa.

O Porto tem o seu centro histórico inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO desde 1996. A atmosfera única da cidade, resultante dos seus atributos culturais, da riqueza da sua história e da hospitalidade de sua gente, vem sendo transformada rapidamente há cerca de uma década. Não sem conflitos, a intensificação do turismo cultural tem promovido alterações relevantes no tecido urbano. No Centro Histórico classificado e na sua área envolvente, a Baixa do Porto, o edificado vem sendo reabilitado, alvo de interesses do imobiliário para conversão, nomeadamente, em empreendimentos turísticos. A recente pressão sobre essas áreas tem gerado aumento do preço do solo, e, por conseguinte, das transações de vendas e arrendamentos de imóveis, dificultando o acesso à habitação para o portuense. Embora a cidade configure-se como principal polo de emprego da Região Norte (CMP, 2018), resultando em movimentos pendulares a partir de concelhos próximos, um conjunto de fatores tem dificultado a fixação de novos habitantes. O equilíbrio entre uma clara dinamização económica sustentada pela atividade turística e o bem-estar da população por ela impactada é motivo de atenção e razão de experimentos capitaneados pelo Executivo Municipal, muitos deles assentes na cultura.

2. Janela Política

O estudo *Agendas, Alternatives, and Public Policies* de J. W. Kingdon (1995) defende o termo “janela política” como uma oportunidade para o ressurgimento e implementação de determinadas agendas políticas, eventualmente, abandonadas. O ponto de indagação do referido autor é entender as razões pelas quais determinadas agendas políticas ganham proeminência em certos momentos, enquanto outras agendas são esquecidas ou, temporariamente, arquivadas.

Na análise, o autor identifica quatro etapas no processo de construção de políticas públicas: 1) o estabelecimento de uma agenda, entendida como um conjunto de temas ou problemas sobre os quais os governos e a sociedade se debruçam e despendem alguma atenção; 2) a indicação de alternativas a serem consideradas para implementação da agenda ou, simplificadamente, os modos de fazer; 3) a adoção e a escolha oficial da alternativa oferecida; 4) e, por fim, a implementação da decisão.

Esta cadeia lógica estabelecida em 1984 para o contexto americano parece ainda guardar alguma relevância quando transposta para outros ambientes e tempos políticos. Nomeadamente se pensarmos que, atrelado a

esse encadeamento da política pública e da janela política, iluminam-se soluções que antes não apontavam no cenário político, legislativo e até mesmo financeiro.

Parece oportuno observar a agenda da cultura e do desenvolvimento urbano no Porto pelo viés da “janela política”, tendo em conta o lugar privilegiado conferido ao tema na gestão municipal atual, iniciada em 2013, sob o consulado do autarca independente Rui Moreira. Mais sentido faz se, ao recuarmos no tempo, confrontarmos tal gestão com as anteriores. A clara demarcação dos três últimos ciclos políticos no Porto deixou visíveis marcas de afirmação, negação e resgate de agendas em torno da cultura como fator de melhoria do ambiente urbano. Desde o momento inicial do lançamento da candidatura do autarca, assinala-se a cultura como uma das prioridades da sua governação.

Talvez não seja exagero dizer que o embrião das recentes transformações no Porto esteja ancorado num ponto claramente delimitado no tempo, a Porto 2001, Capital Europeia da Cultura. Neste sentido, a Porto 2001 é um ponto de referência e viragem nesta leitura, podendo ser observada por alguns pontos de vista: 01) como resultado de um trabalho duradouro de construção de uma política cultural, que perdurou por toda a década de 1990; 02) como oportunidade, ou “janela política”, para intervir na cidade, melhorando-a para os seus e promovendo-a internacionalmente; 03) como ponto de rutura entre ciclos políticos; 04) e, por fim, como fonte de inspiração, até hoje, dos projetos ali gestados.

Neste estudo, considera-se que a realização da Porto 2001 vincou indelevelmente a relação entre cultura e desenvolvimento urbano, mantendo-se presente na memória do portuense e como referência para gestores. Como momento de aproximações das políticas cultural, patrimonial e urbana, a Porto 2001 sedimentou princípios e metodologias, revisitados na atualidade. Em contraposição, a rutura da orientação política imediatamente à Porto 2001 gerou um vácuo na atenção às políticas artísticas e culturais do município provocando descontentamentos. Diante deste cenário, sustenta-se que tal conjuntura fez reverberar o discurso afirmativo do papel da cultura como fator de desenvolvimento, que passou a vigorar desde 2013.

3. Tempos e projetos políticos

Para que a compreensão dos laços entre a Porto 2001 e hoje se faça mais legível, faz-se necessário ter uma visão abrangente da política cultural recente do Porto, da qual a Porto 2001 foi o ponto alto. De maneira simplificada, a política cultural municipal pode ser lida em três capítulos: o que se inicia em 1990 e encerra com a realização da Porto 2001 sob a gestão socialista de Fernando Gomes (1990-1999) e Nuno Cardoso (1999-2002), quando são reformuladas bases da política cultural da cidade; o capítulo da descontinuidade da orientação política na sequência da Porto 2001, com o social-democrata Rui Rio (2002-2013), caracterizado pela redução do sentido da cultura ao entretenimento, todavia com especial atenção ao Centro Histórico; o da gestão vigente, com Rui Moreira (2013-2025), de alegada valorização da cultura. Com fins de caracterização, arrisca-se a ensaiar nomes para tais períodos.

1.1. Fundação

O primeiro período pode ser entendido como o da ‘fundação’, quando são lançadas bases da política cultural recente da cidade no Porto. Visto o país ter avançado com um conjunto de necessidades básicas no processo de democratização pós-25 de abril de 1974, a classe política pôde lançar-se na ampliação de políticas públicas no sentido de aspirações mais subjetivas, que atentassem a criar espaço tanto para fruição, para a produção cultural, bem como provocassem mudança de paradigmas diversos, no sentido da descentralização e democratização no acesso à cultura.

A constância de Manuela de Melo à frente do Pelouro de Cultura e Turismo na Câmara Municipal do Porto - CMP, entre 1990 e 2002, resultou na estruturação de uma política cultural municipal perceptível em diferentes

domínios. O trabalho da vereadora assentou em princípios como a articulação institucional, a criação e o fortalecimento de redes e, por não dizer, a criação e o aproveitamento de oportunidades (Melo, 2007).

À medida que a CMP organizava a estrutura física de suporte à vida cultural, desenvolvia linhas de ação de incentivo às atividades em si. Foram implementados programas de apoio às associações, as quais desempenham um papel importante nas dinâmicas territoriais, de apoio à educação e à criação artística. Adicionalmente, desenvolvia programas anuais de animação da cidade e projetos especiais, muitos deles associados a comemorações de figuras ilustres da vida do Porto, que resultaram, por exemplo, na construção da Biblioteca Almeida Garrett (MELO, 2020). Muita da formação de público voltado às artes contemporâneas, que tem na Fundação Serralves a maior expressão da cidade, esteve atrelado à realização das Jornadas de Arte Contemporânea do Porto entre 1992 e 1995.

Além de diretrizes de organização dos setores, praticamente todos eles foram beneficiados com projetos de expansão, novas construções e modernização das suas instalações. No domínio das bibliotecas, a citada Almeida Garrett foi construída nos jardins do Palácio de Cristal, este também objeto de restauro e ampliação. O Teatro Municipal Rivoli foi alvo de reabilitação e, em cooperação com o Estado, o Teatro São João foi recuperado e transformado em Teatro Nacional. Os Arquivos Geral e Histórico foram concentrados em dois lugares, um deles a Casa do Infante no Centro Histórico, onde se desenvolvem atividades pedagógicas e culturais. Por fim, no domínio dos museus, surge a proposta do Museu da Cidade, polinucleado, a partir da reorganização de estruturas existentes e da criação de novas, em que cada núcleo apresentaria um aspeto da história do desenvolvimento económico, social e cultural da cidade.

A dotação da cidade de equipamentos culturais modernizados e funcionais, com programação cultural instalada, começa por impactar a dinâmica da cidade naquela altura. Vale contextualizar que a expressão da cidade naquele período era o do completo esvaziamento da área central, passando por um processo de desertificação, ao qual o geógrafo Rio Fernandes (2004) aplica para o Porto a mesma figura de linguagem que ilustrava processos de esvaziamentos de centros de cidades norte-americanas, a forma do “dónute”, “tudo em volta, nada no centro”.

É neste contexto, que se cria e aproveita da oportunidade da realização da Porto 2001, cujas intervenções concentram-se, prioritariamente, nos espaços públicos na envolvente dos principais equipamentos culturais, alvos de atenção do poder público. Nuno Grande (2021) defende que a Porto 2001 trouxe a “perspetiva da regeneração urbana como política de cultura”, a partir do que ele chama de sistema arterial entre os vários equipamentos culturais. Noutras palavras, “não chegava investir nos equipamentos, era preciso investir naquilo que os ligava” (GRANDE, 2021).

O resultado desta lógica foi a mudança da fâcies, nomeadamente na zona superior da Baixa do Porto, com inúmeras intervenções no espaço público. Embora a intervenção da Porto 2001 tenha incidido em quatro zonas da cidade foi ali no centro tradicional, na área envolvente do Centro Histórico, a sua expressão mais visível.

1.2. Suspensão

O ano da realização da Porto 2001 coincidiu com eleições autárquicas, tendo saído vencedor o projeto liderado por Rui Rio (PPD/PSD-CDS-PP). Este segundo período político surge como uma fenda, que pode ser entendido como ‘suspensão’, se pensado em termos de política cultural. Rui Rio é figura controversa, para uns, um gestor rigoroso com as contas públicas, para outros, alguém que reduziu a importância da cultura ao custo do seu investimento. Não são incomuns relatos que atribuem ao autarca a frase “sempre que ouço alguém falar em cultura, puxo da calculadora”, uma adaptação à sua visão de cultura de uma célebre frase do período nazista.

A contingência política colocou à prova o trabalho realizado na política artístico-cultural do período anterior, que havia culminado com o ambiente fervilhante da Porto 2001, mas que, em ato contínuo, viu-se em dificuldades de encontrar espaço para se consolidar de forma mais estruturada como vinha se encaminhando. Talvez o que melhor caracterize aquele período é a redução do sentido da cultura ao entretenimento, com atenção concentrada no património construído, que recebeu relativa atenção pela sua condição de Património Mundial da UNESCO.

Os efeitos da reorientação política foram sentidos diretamente nos domínios artísticos, culturais e criativos, diante do enfraquecimento da política cultural de então, com diversificados exemplos de desmobilização de iniciativas e equipamentos culturais em consolidação desde a década anterior. O ambiente cultural, que vinha sendo alimentado numa cadeia de formação e criação de públicos, incentivo à produção, difusão e internacionalização, foi definhando sem apoios.

Simbolicamente, este quadro de desarticulação é representado pelo destino dado ao Teatro Municipal do Porto Rivoli. Aberto ao público em 1997, após ter sido recuperado pelo município, o teatro abrigava a diversidade da produção das artes do espetáculo da cidade. O carácter da programação do teatro foi mudando, restringindo-se a uma calendarização de eventos externos, de apelo comercial, num processo de definhamento que culminou na sua privatização, de certa forma suportada na justificativa de que o equipamento não prestava um serviço público municipal (Costa, 2008).

O rompimento brusco da política cultural e a longevidade da nova orientação criaram um clima de ressentimento e desamparo na classe artística e no público portuense. Contudo, este período foi crucial para a alteração da forma como vinha sendo conduzida a gestão do Centro Histórico. Com o discurso contra a desertificação daquela área, o foco das atenções da CMP voltou-se para ali, tendo sido constituída, em 2004, a Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto.

O trabalho contínuo do Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB) no Centro Histórico do Porto, durante quase 30 anos, não logrou atingir a escala necessária para a reabilitação da área. Embora siga, até hoje, como referência de prática de reabilitação urbana, pautada pela intervenção criteriosa no património construído e melhoria das condições de vida de quem o habita, o fato é que o Centro Histórico, no início dos anos 2000, encontrava-se esvaziado e com inúmeros prédios em arruinamento. Se para uns, o CRUARB foi responsável por conter a degradação acelerada da área e mitigar problemas sociais, para outros, aquela forma de gerir precisava ser alterada, trazendo a iniciativa privada para dentro da equação da reabilitação urbana do Porto.

A extinção do CRUARB, em 2003, antecede a criação da alternativa, a Porto Vivo, SRU, instituída em novembro de 2004 depois de promulgado o Decreto-Lei 104/2004. A lei, que aprovou o regime excecional de reabilitação urbana para as zonas históricas, permitiu a alteração do regime de licenciamento e fiscalização das obras nas Unidades de Intervenção definidas. Tal excecionalidade, que confere autonomia à entidade, estará na raiz de problemas futuros assinalados pela CMP, resultando na sua municipalização.

Ao abrigo da referida lei, a Porto Vivo contava com importante instrumento de ação, a definição da Unidade de Intervenção de trabalho, que poderia ser um quarteirão ou até edifício. Para cada Unidade de Intervenção deveria ser estabelecido um documento estratégico, contendo a identificação dos edifícios a reabilitar, dos respetivos proprietários, projeto base de intervenção, estimativa orçamental e eventuais interessados em colaborar com os proprietários na recuperação dos imóveis.

O instrumento ofereceu a possibilidade para a ação concertada entre diversos proprietários, a partir de negociações conduzidas pela própria SRU, conferindo agilidade para as intervenções no Centro Histórico. Com diversas unidades de intervenção, negociações em blocos, promotores e projetistas distintos, os resultados foram os mais variados. Ao fim de 2006, cerca de 30 Unidades de Intervenção já tinham sido aprovadas pelo Conselho de Administração da Porto Vivo, SRU, e os seus documentos estratégicos desenvolvidos nos anos subsequentes. Com inúmeras obras finalizadas e ainda outras em curso, como o caso do Quarteirão D. João,

as críticas recorrentes à estratégia recaem sobre a prática do fachadismo, as alterações tipológicas dos edifícios, perda da originalidade, além da mudança do perfil do morador.

No calor daqueles acontecimentos, o sociólogo João Queirós (2007:97) analisa o tom do discurso social-democrata, identificando como prioridades do consulado de Rui Rio, “a política de habitação social, a segurança (geralmente associada à questão da toxicodependência) e o urbanismo (geralmente associado à reabilitação urbana do centro da cidade)”. E infere, pelas medidas que começam a ser tomadas e os pronunciamentos associados a elas, que aquele governo se alinha com “as pedras basilares das novas políticas urbanas em aplicação nas cidades do capitalismo avançado: “equilíbrio” financeiro e atracção de capitais privados (...), empreendedorismo público e urbanismo competitivo (...), segurança e políticas sociais orientadas para a neutralização do impacto social e visibilidade pública dos grupos excluídos” (Queirós, 2007:98)

A solução para se buscar a adequada escala e modo de intervenção no Centro Histórico do Porto era algo aspirado por muitos, portanto, pode sempre estar no radar político das mais diversas orientações. Algumas vezes, a intenção parece levar ao mesmo propósito, mas o modo de fazer altera substancialmente o resultado. Do mesmo discurso de Rui Rio na cerimónia de constituição da Porto Vivo, SRU temos (Queirós, 2007:102):

O discurso que se alinha ao anterior:

“Entre muitos outros aspectos, o que a nós também nos distingue particularmente é a Baixa, com o seu comércio tradicional, os seus monumentos, os seus equipamentos culturais, os seus habitantes e a sua história. É isso que queremos valorizar através da sua reabilitação, de forma consistente e numa escala condizente com a grandeza do Porto.”

O discurso que dá o Norte para a mudança radical da política que o precede:

“(...) Insistir na estratégia eminentemente pública significa não perceber a realidade e condenar o projecto ao insucesso. Por isso, é fundamental assentar o investimento na iniciativa privada, dando evidentes sinais de confiança aos investidores.”

A confiança nos investidores privados era algo defendido como prioritário. Contudo, a conjuntura que altera substancialmente o ambiente do investimento na reabilitação resulta de fatores alheios à ação da CMP. Pedro M. Figueiredo (2021: 32) elenca tais fatores: 1) os sucessivos cortes das taxas de juros do Banco Central Europeu em resposta ao colapso financeiro-imobiliário de 2008, levando investidores em busca de melhores rendimentos no imobiliário; 2) a aprovação do Decreto-Lei 31/2012, relativa à revisão do regime do arrendamento urbano, conhecida como a “Lei Cristas”; 3) e a aprovação do Despacho n.º 11820-A/2012 que regulamenta as condições para aplicação do regime especial de concessão e renovação de autorização de residência para atividade de investimento em território nacional, o chamado “Golden Visa”. Somam-se a estes, um conjunto de leis urbanas, incluindo um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios e incentivos fiscais.

Os fatores externos combinados com a estratégia municipal já em funcionamento transformam a Baixa do Porto nos últimos 10 a 15 anos. O turismo acentua-se, significativamente, muito favorecido pela ampliação do aeroporto, pela chegada das companhias aéreas de *low-cost*, e a introdução de novos modos de hospedagem agenciados por plataformas do tipo *Airbnb*, favorecendo o proprietário individual que pode fazer parte de uma rede de alcance mundial.

É esta cidade alterada, de apelo internacional, com um setor artístico-cultural em crise que opta por nova mudança ao fim de 2013.

1.3. Exaltação

O terceiro e presente capítulo na história recente da política cultural do Porto pode ser denominado de ‘exaltação’ ou mesmo ‘ressurreição’ das bases lançadas um pouco mais atrás, uma vez preteridas. O termo ‘exaltação’ é sugerido porque a pauta da cultura assentou no discurso político como prioritária, tornando-se emblemática e costura de outras políticas setoriais. Em discurso da posse do segundo mandato, Rui Moreira pontua: “a cultura, acreditem, é o mais importante dos cimentos, é o maior instrumento para o desenvolvimento de uma sociedade que se quer culta, madura e exigente” (Moreira, 2017:16).

Ao lado da Coesão Social, a cultura sempre integrou os pilares da política dos três mandatos do autarca. Após o falecimento precoce do vereador Paulo Cunha e Silva, em 2015, o pelouro da Cultura passa a estar diretamente sob a alçada do Presidente da Câmara do Porto. O vereador, um dos principais programadores da Porto 2001, uniria, simbolicamente, as pontas dos laços da cidade imaginada e representada na Porto 2001, como o “futuro do futuro”, com a cidade da atualidade. Em dois anos, relançam-se programas já experimentados, promovem-se novos e assinalam-se estratégias para áreas periféricas assentes na cultura. Mesmo após o seu falecimento, identificam-se diversos projetos, que preservam, de alguma forma, a assinatura do vereador.

O Museu do Porto resgata a ideia do museu de cidade polinucleado, como o que vinha se estruturando no tempo de Manuela de Melo. Recentemente rebatizado (janeiro - 2023), também nasceu como Museu da Cidade (2020), com proposta distinta da outra, tanto na sua face física, quanto programática. Diante da recente reformulação, importa dizer que o museu é pensado à escala da cidade, englobando desde sítios arqueológicos, núcleos museológicos a parques e jardins. O seu alcance compreende 17 núcleos, incluindo zonas mais periféricas como Campanhã.

O Fórum do Futuro foi experimentado por Paulo Cunha e Silva no programa Pensamento, como o ciclo de conferências ‘O Futuro do Futuro: da matéria ao pensamento’, que partia do pressuposto que 2001 já era o futuro. O Fórum foi realizado entre 2014 e 2019, ganhando a forma de livro na sua última edição em 2020, ano da pandemia. O Teatro Rivoli voltou a ter a sua gestão e programação a cargo do município, passando também a ser lugar de expressão da produção artística produzida e estimulada nos diversos cantos da cidade. O Cinema Batalha regressou em dezembro de 2021, trazendo de volta o fomento a uma das principais linhas programáticas da Porto 2001, o audiovisual e multimédia, que sofreu com a quebra de incentivo nas duas últimas décadas. O Campus Paulo Cunha e Silva, inaugurado em junho de 2021, é o espaço destinado a residências artísticas, numa resposta à crítica de que a Câmara Municipal estaria se colocando no lugar de produtor artístico em vez de fomentador da criação artística.

São inúmeras as possibilidades de identificação de sinergias, mesmo que não voluntárias, entre aquele projeto de cidade que culminou com a Porto 2001 e o atual, não obstante as diferenças tanto dos contextos locais, nacionais e mundiais, quanto dos modos de fazer e das soluções encontradas para levar a cabo os projetos.

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Património cultural</i>	126,5	1613,1	1666,2	1794,6	2452,7	2710,1	2583	2756,4	3365,1
<i>Bibliotecas e arquivos</i>	2174,5	3800,6	3783	3133,9	3767,4	3567,4	3594	3791,9	3882,2
<i>Livros e publicações</i>	19,7	21,3	9,6	9,6	30,7	73	61,3	25,8	31,6
<i>Artes Visuais</i>	56,7	51,1	656,8	316	1007,5	2097,3	1508,5	1365,4	1194,1
<i>Artes do espetáculo</i>	1664,6	1443,1	1553,7	1598,2	4118,6	4840,1	3451,1	2774,9	2715,4
<i>Audiovisual e multimédia</i>	26,2	61,3	517,2	538	226,3	458,2	179,8	151,3	414,8
Total	4068,2	6990,5	8186,5	7390,3	11603,2	13746,1	11377,7	10865,7	11603,2

Tabela 1: Despesas da Câmara Municipal do Porto em cultura por domínio (2013-2021)
Fonte: INE/Pordata. Organizado pela autora | Euros - milhares

A celeridade com que as iniciativas seguem sendo anunciadas pode indicar a transformação do discurso em ação. A urgência dos anúncios poderia justificar algum aproveitamento político, não tivessem as iniciativas em obras, os estudos em andamento e os investimentos financeiros acrescidos. A Tabela 1 mostra que, na totalidade, os investimentos em cultura quase triplicaram desde 2013, último ano da gestão anterior, com alguns domínios tendo em muito superado esse valor.

O apanhado anterior de iniciativas no campo da política cultural merece aprofundamento em cada uma delas em diferentes dimensões: acerca dos recursos aplicados; alcance do público; fortalecimento do setor; solidez das estruturas de gestão, dentre outros. Os exemplos não encerram ali na política artístico-cultural. A cultura e o património cultural compõem estratégia de desenvolvimento urbano e para tal, esta governação tem encontrado múltiplas formas de fazer acontecer.

O Mercado do Bolhão, reinaugurado em setembro de 2022, foi objeto de criteriosa obra de restauro, mantendo-se o uso como mercado de frescos. A intervenção realizada encerrou debates sobre projetos anteriores, que ora não respondiam por inteiro à complexidade da obra, ora desvirtuavam a essência do mercado. A defesa da necessidade de manutenção do mercado em funcionamento no centro da cidade, com suas funções primárias e restaurado com rigor, não oferece espaço para concessões a interesses privados. Desta forma, o investimento feito ali foi totalmente público.

Por outro lado, no Porto Oriental, vislumbrou-se a viabilidade de união de interesses públicos e privados na consecução de projeto cheio de expectativas. Trata-se da Reconversão do Matadouro de Campanhã, projeto referido pelo Vereador de Urbanismo, Espaço Público e Habitação, Pedro Baganha, como a metáfora do programa político de Rui Moreira, “porque é um equipamento que alia economia, investimento privado, propriedade pública, coesão social e cultura. Tudo isto, dentro de um mesmo edifício” (2021). Fruto do resultado de concurso internacional, o edifício será integralmente recuperado com recursos privados, mediante concessão de uso de 30 anos, ao fim dos quais retorna para o público. Neste ínterim, cerca de 40% da área recuperada (aproximadamente 8.000 m²) estará sob gestão municipal. Na sua dimensão pública surgirão equipamentos culturais, espaços para fins educativos, práticas sociais, desportivas e outros. À estratégia financeira, alinha-se a arquitetura de assinatura internacional. Um novo ícone, a Casa da Música do lado oriental da cidade.

Baganha (2021), ao se referir à estratégia de intervenção no Porto Oriental, defende que a mudança só acontecerá com a confluência de três fatores: afirmação de um discurso que se oponha àquela visão de cidade, segregada; coerência e consistência com o discurso, com investimentos financeiros reais; e a persistência no tempo.

Afora as relações diretas e indiretas com a Porto 2001, percebem-se novos modos de fazer, novas equações financeiras e revisão das missões de estruturas administrativas e empresas municipais para fazer jus ao lugar da cultura nesta gestão, no que se entende ser sua intenção. São os casos do modelo de gestão e financiamento encontrado para viabilizar a reconversão do Matadouro Municipal; da Porto Vivo, SRU, agora municipalizada e encarregue de outras pautas da habitação, alargando a sua área de atuação para fora do Centro Histórico; e da Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M, alteração da antiga PortoLazer, antes voltada para o esporte e a animação cultural, incorporando presentemente a cultura.

A fortaleza do discurso que coloca a cultura como um dos vértices da governação vigente pode ser entendida em antagonismo com a orientação política pós Porto 2001, de rutura e desarticuladora dos setores culturais e criativos. Essa condição colocou em evidência o apelo pelo resgate de uma cidade, como um projeto perdido naquela ocasião, fazendo com que os discursos e programas de campanha que se repetem pareçam soar combativos e assimiláveis.

Pairou na cidade, por algum tempo, certa nostalgia do ambiente cultural promovido pela Porto 2001 e pelos anos que a antecederam. Houve percepção do descontentamento que aquela rutura gerou e, talvez, da clareza do papel da cultura para a matriz de desenvolvimento da cidade, de forma a pautá-la e mantê-la como

estratégica para a presente governação. Acresce-se a isto, na atualidade, a evidência da singularidade do Porto pelos seus atributos culturais como algo fundamental para a manutenção do turismo, que, apesar dos incómodos e legítimos questionamentos pelo impacto que traz, é fonte importante para a economia dos indivíduos.

4. Considerações Finais

Os distintos tempos políticos mostraram variações de discursos em torno do papel da cultura no desenvolvimento urbano no Porto, mas, sobretudo, variações dos modos de fazer. Talvez, nenhum destes três momentos seja apenas uma coisa o tempo todo. Quando oportuno, o discurso pode até se aproximar – reabilitar a Baixa do Porto –, mas a operação em si é o que conta.

Neste sentido, a continuidade desta investigação merece afastar-se da análise cronológica e buscar outras chaves de leitura, mesclando tempos e orientações políticas, identificando momentos de aproximação, distanciamento e integração de políticas públicas intersetoriais, que podem recair sobre qualquer um dos tempos políticos. Metodologicamente, ampliar-se-á a leitura dos exemplos citados, confrontando discurso e implementação. Os documentos de projeto (de termos de referências aos contratos, idealmente) são entendidos como fontes da análise da implementação da ação, enquanto a produção da comunicação pública e partidária (revistas, discursos, programas de governo) a fonte da análise dos discursos.

Até o momento, percebe-se que a conjuntura de duas diretrizes muito distintas no tratamento da cultura no Porto – uma de valorização, outra de limitação – fez reverberar o discurso afirmativo da importância da cultura para o desenvolvimento. Ou seja, o discurso atual ganha relevo no antagonismo ao período político imediatamente anterior e alimenta-se da experiência prévia, que tem a Porto 2001 como ponto máximo. Como consequência, o investimento em cultura passa do aproveitamento de oportunidade circunstancial para uma estratégia de desenvolvimento mais sólida na política municipal.

Observando-se o Porto sob a ótica da “janela política” de J. W. Kingdon (1984), temos: 1) a agenda política como a aposta na cultura como vetor de desenvolvimento ganhou força com a atual gestão; 2) muitas alternativas versam sobre revisão de projetos previamente assinalados; 3) a adoção dos modos de fazer leva em conta um mix de soluções, bebendo em diversas fontes e aproveitando legados; 4) por fim, a implementação da decisão assenta na persistência e constância das ações, cujos impactos ainda estão por perceber.

Por fim, arrisca-se afirmar que a proeminência da agenda da cultura no Porto, nunca totalmente abandonada, pode estar assente na visão de cidade que se quer, por diversas razões: diante dos seus atributos culturais, mas também dos constrangimentos expostos, como a limitação de expansão territorial; o fomento da agenda da cultura por organismos internacionais; e os novos modos de vida e empregos, onde o componente da criatividade ganha cada vez mais relevância.

REFERÊNCIAS

BAGANHA, P. (2021). Entrevista com Pedro Baganha, Vereador de Urbanismo, do Espaço Público e do Património. [Comunicação pessoal].

CHAMUSCA, P., CARVALHO, L., MENDES, T., & FERNANDES, J. A. R. (2020). População Flutuante e gentrificação. Em JOSÉ A. RIO FERNANDES. *Geografia do Porto*. Porto: Book Cover Editora.

CMP. (2018). Dinâmicas Económicas. Relatório de Caracterização e Diagnóstico. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.

COSTA, I. A. (2008). *Rivoli 1989—2006* Porto: Edições Afrontamento.

KINGDON, J. W. (1995). *Agenda, Alternatives, and Public Policies*. New York: HarperCollins College Publishers.

FERNANDES, J. (2004). A cidade, os municípios e as políticas: O caso do Grande Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13. Porto: FLUP.

FIGUEIREDO, P. M. de. (2021). O contexto legal e os incentivos à reabilitação. Em JOSÉ A. RIO FERNANDES, TENREIRO, J., FIGUEIREDO, P. M. DE, PINTO, J. R., & CHAMUSCA, P. (2021). *A Baixa do Porto*. Arquitetura e Geografia Urbana. Porto: Book Cover Editora.

GRANDE, N. (2021). Porto 2021, desafios de intervenção. *Seminário Porto 2021, 20 anos depois*.

MELO, M. (2007). Porto 1990-2001: Onze anos na gestão político-cultural de um município. Em JOÃO PORTUGAL, & SUSANA MARQUES (2007). *Gestão Cultural do Território. Coleção Públicos N°4*. Porto: Setepés.

MELO, M. (2020). Entrevista com Manuela de Melo [Comunicação pessoal].

MOREIRA, R. (2017). Discurso do Presidente da Câmara Municipal do Porto. Sessão Solene de Instalação dos Órgãos do Município.

QUEIRÓS, J. (2007). Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos: Considerações exploratórias a partir do caso do Porto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 55. Lisboa: Mundos Sociais, CIES-IUL

Recursos Eletrónicos

INE. (2021). População residente (N.o) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo e Grupo etário (escalões 09;100 e mais anos); Decenal. <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011688> (Acesso: 11/03/2023)

DOMUS SOCIAL. (2021). Caracterização Socioeconómica e Demográfica / Brigadas e Pedidos de Intervenção. <http://www.domussocial.pt/bairros/caracterizacao-socioeconomica-e-demografica-brigadas-e-pedidos-de-intervencao> (Acesso: 14/07/2021)